



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

<p><b>PROJETO DE LEI</b></p> <p><b>60</b></p>	<p><b><u>DESPACHO</u></b></p> <p>EM PAUTA PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS Rib. Preto, 23 MAR. 2021 de _____ _____ Presidente</p>
<p>Nº</p>	<p><b>EMENTA:</b> REVOGA A LEI 12.273, DE 12 DE ABRIL DE 2010, E EXTINGUE O “DIA MUNICIPAL DE LUTA CONTRA O ABORTO”, CONFORME ESPECIFICA</p>

SENHOR PRESIDENTE

Apresentamos à consideração da Casa o seguinte:

**Art. 1º.** Esta lei revoga a Lei 12.273, de 12 de abril de 2010, e extingue o “Dia Municipal de Luta Contra o Aborto”.

**Art. 2º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões de de 2021

*Duda Hidalgo*

**Duda Hidalgo**  
Vereadora



Câmara Municipal de Ribeirão Preto  
  
Protocolo Geral nº 666/2021  
Data: 22/03/2021 Horário: 17:33  
LEG - PL 60/2021



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

## JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei tem como objetivo: (i) combater o tabu em torno da discussão sobre o aborto e (ii) garantir que o aborto seguro seja tratado como uma questão de saúde pública. O histórico de opressão e violência contra a mulher é um fardo passado de geração para geração às mulheres. A ilegalidade do aborto, juntamente à ausência de uma estrutura familiar com serviços de planejamento, de acesso ao pré-natal de qualidade, serviços de emergência obstétrica eficazes e também aos serviços de qualidade para o tratamento de complicações decorrentes de aborto provocado ou espontâneo, contribuem para os altos índices de mortalidade materna, conforme destacado pelo Ipas – organização sem fins lucrativos dedicada à promoção da saúde reprodutiva em diversos países.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre 2010 e 2014, na América Latina foram realizados em torno de 6,4 milhões de abortos, as quais 74% dos casos ocorreram de forma insegura, colocando em risco a vida de milhares de mulheres. No Brasil, em 2016, 1 mulher morreu a cada 2 dias por conta de aborto inseguro; ano em que houveram 203 óbitos. Entre 2008 e 2018, ao menos 2 mil mortes maternas foram registradas pelo Ministério da Saúde. Além disso, as mulheres negras estão entre os mais altos índices de mortalidade durante o aborto inseguro, em especial por sua condição de vulnerabilidade econômica.

Há um tabu em torno do aborto ocasionado principalmente pela influência da religião sobre processos de dominação dos corpos das mulheres. O Estado “democrático” é patriarcal e insitui a opressão e dominação por meio da negação do direito da mulher em decidir sobre o seu próprio corpo, em especial as mulheres pretas e pobres. Esse tabu e caça às bruxas pode ser bem observado no caso recente de uma menina de 10 anos que, mesmo tendo sido estuprada, foi duramente hostilizada por fanáticos religiosos às portas do hospital por abortar – tamanha a violência contra uma criança indefesa.



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Cada vez que criminalizamos o aborto nos distanciamos de um debate honesto com a sociedade sobre sua legalização e a saúde pública. A manutenção desse tabu só gera ainda mais violências, em especial psicológicas, às mulheres: associando o gênero feminino à maternidade compulsória e obrigatória. Entretanto, é a mesma sociedade que não se sensibiliza com o abandono parental de norte a sul do Brasil e que não socializa as responsabilidades por decisões reprodutivas. Também é a mesma sociedade que não acolhe às milhares de mães-solo que não têm condições de sobreviverem de forma digna – e é este direito fundamental que vem sendo violado: sua dignidade e sua liberdade.

Além disso, há um crescente reconhecimento acerca do custo de saúde pública gerado pela gestão das complicações do aborto inseguro, um custo que é muito maior do que o oferecimento dos cuidados para o aborto seguro. Por outro lado, há mercado para abortos seguros e inseguros em ambientes legalmente restritos, os quais abarcam maiores e menores faixas de renda, respectivamente.

Seis anos após a África do Sul ter legalizado o aborto, as mortes por aborto diminuíram, assim como no Nepal, que legalizou o aborto em 2004. E também nos Estados Unidos, após sua legalização em 1973, quase cessaram as mortes por aborto inseguro. O cenário não muda da noite para o dia, mas é sabido que as políticas públicas tiveram sucesso ao longo de todo o mundo em relação à mortalidade de mulheres. A preocupação com a vida não pode estar restrita à concepção do feto, mas também em relação à mulher.

Com o mote “*Educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar, aborto legal y gratuito para no morir*”, a Argentina deu exemplo ao mundo ao aprovar a legalização do aborto até a 14<sup>a</sup> semana de gestação no final do ano passado. É preciso ir além dos tabus e retrocessos que mantêm as estruturas de dominação e opressão sobre mulheres. Extinguir um dia municipal



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

de luta contra o aborto é um primeiro passo para o enfrentamento e a conscientização sobre saúde da mulher e desigualdades que vivenciam em nossa sociedade.

Ante o exposto e, considerando o legítimo interesse público da presente proposição, conclamo a aprovação desta proposição aos Nobres Pares.

À SECRETARIA PARA IMPRIMIR E DISTRIBUIR

Em seguida às Comissões:.....

.....

Ribeirão Preto, 23 MAR 2021 de.....

.....  
-PRESIDENTE-

## CERTIDÃO

CERTIFICO QUE O PRESENTE PROJETO FOI

PUBLICADO EM 23 MAR 2021 DE.....

RIBEIRÃO PRETO, 23 MAR 2021 DE.....

.....  
COORDENADOR LEGISLATIVO